



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI - N.º 7

TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1971

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 6.ª SESSÃO EM 12 DE ABRIL DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA, RUY CARNEIRO E
GUIDO MONDIN**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Duarte Filho — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcanti — Ruy Santos — Danton Jobin — Ozires Teixeira — Fernando Corrêa — Antônio Carlos — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, de claro aberta a Sessão. Passa-se à leitura do Expediente.

O Sr. 1.º-Secretário procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NOS SEGUINTES TERMOS:

MENSAGEM

N.º 46, DE 1971

(N.º 49, de 1971, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos dos artigos 42, item III, e 128 da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do egrégio Senado Federal o nome do Ge-

neral-de-Exército Syseno Sarmento para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Octacílio Terra Ururahy.

Os méritos do General-de-Exército Syseno Sarmento, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, se evidenciam pela leitura do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, 12 de abril de 1971. —
Emílio Garrastazu Médici.

"CURRICULUM VITAE" DO GENERAL-DE-EXÉRCITO SYSENO SARMENTO

Nascimento: Manaus, Estado do Amazonas, em 3 de julho de 1907.

Filiação: Otávio Sarmento e Carmem Ramos Sarmento.

CARREIRA:

Praça: 27-8-1923

Aspirante-a-Oficial: 20-1-1928

2.º-Tenente: 9-8-1928

1.º-Tenente: 14-8-1930

Capitão: 10-2-1933

Major: 9-10-1942

Tenente-Coronel: 25-6-1946

Coronel: 25-1-1952

General-de-Brigada: 25-11-1960

General-de-Divisão: 25-7-1964

General-de-Exército: 25-3-1967

CURSOS:

Escola Militar do Realengo

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Escola Superior de Guerra

Curso de Infantaria do Exército dos Estados Unidos da América

OPERAÇÕES DE GUERRA:

Comandante do 2.º Batalhão do Regimento Sampaio, integrando a Força

Expedicionária Brasileira, na Campanha da Itália, durante a 2.ª Guerra Mundial.

COMANDOS, CHEFIAS E COMISSÕES:

Interventor Federal no Estado do Amazonas

Chefe de Seção do I Exército

Adjunto do Gabinete na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos

Comandante do 31.º Batalhão de Caçadores

Chefe do Estado-Maior da Divisão Blindada

Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, em 1961

Comandante da 2.ª Brigada Mista

Chefe de Gabinete do Ministro do Exército na Administração General Costa e Silva

Comandante das Forças de Emergência das Nações Unidas no Oriente Médio

Diretor-Geral de Material Bélico

Comandante do II Exército

Comandante do I Exército, atualmente

CONDECORAÇÕES:

Cruz de Combate de 2.ª Classe

Medalha de Campanha

Ordem do Mérito Militar

Ordem do Mérito Naval

Ordem do Mérito Aeronáutico

Medalha Militar, Passador de Platina

Medalha de Guerra

Medalha do Pacificador

Medalha do Mérito Santos Dumont

Medalha do Mérito Tamandaré

Estréla de Bronze dos Estados Unidos

Cruz ao Valor Militar — Itália

Ordem Nacional do Mérito do Paraguai.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

De agradecimento de comunicação referente à escolha de nome para cargo cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado Federal:

N.º 43/71 (n.º 46/71, na origem), de 6 de abril de 1971, referente à escolha do Diplomata João Augusto de Araújo Castro para exercer a função de Embaixador junto ao Governo dos Estados Unidos da América;

N.º 44/71 (n.º 47/71, na origem), de 6 de abril de 1971, referente à escolha do Embaixador Sérgio Armando Fração para exercer a função de Chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas;

N.º 48/71 (n.º 48/71, na origem), de 6 de abril de 1971, referente à escolha do Doutor Mém de Sá para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

AVISO

DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

N.º 102/GM, de 17 de março de 1971, comunicando o lançamento do navio graneleiro "Doceangra", em Angra dos Reis, no dia 13 de março de 1971.
EXPEDIENTE RECEBIDO DURANTE O RECESSO

Aviso n.º 738, de 15 de dezembro de 1970, do Presidente do Tribunal de

Contas da União, sobre as contas do Sr. Jayme Magrassi de Sá, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, durante o exercício de 1969.

(A Comissão de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

Of. n.º 01/71

Brasília, 5 de fevereiro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que na reunião da Comissão Executiva, realizada no dia 4 do corrente, foi eleita a seguinte Comissão Diretora do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar:

Presidente — Deputado Flávio Marcilio; Vice-Presidente — Senador Tarso Dutra; Vice-Presidente — Deputado Petrônio Figueiredo; Tesoureiro — Senador Cattete Pinheiro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Deputado Flávio Marcilio — Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Sr. 1.º-Secretário procederá à leitura de comunicação enviada à Mesa.

É lida a seguinte:

Brasília, 9 de abril de 1971.

Excelentíssimo Senhor

Senador Petrônio Portella

DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Comunico que vou ausentar-me do País no dia 12 próximo para cumprir a missão determinada por Vossa Excelência, isto é, integrar a delegação brasileira à 108.ª Reunião do Conselho Interparlamentar, a realizar-se em Caracas no corrente mês.

Atenciosamente. — Senador Benjamin Farah.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa, requerimento do Senador Cattete Pinheiro, que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 8, DE 1971

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requiro o desarquivamento do Projeto de Resolução n.º 19/68, que institui o prêmio

"Isaac Brown" ao funcionário público federal, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971. — **Cattete Pinheiro.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 280, n.º II, inciso c, do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Tem a palavra o Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega-me a notícia de que a Itália prestará uma delicada homenagem ao Brasil, talvez mais particularmente ao Rio Grande do Sul.

Constará o tributo da publicação de uma obra em dois volumes, contendo toda a história da imigração italiana no Estado sulino.

A iniciativa é do Centro de Pesquisas para a América Latina, uma seção do Conselho Nacional de Pesquisas da República peninsular, e o trabalho estará a cargo do Professor Mário Sabbatini, Diretor da Divisão de História do mesmo Centro, com a colaboração aqui de um apaixonado estudioso da imigração, o jornalista Mário Gardelin, e da Universidade de Caxias do Sul.

Pois quero, senhor Presidente, elogiar a idéia do Centro de Pesquisas presidido pelo Professor Giovanni Meo Zilio, vale dizer do Governo Italiano, precisamente quando por outros e por instigação de conhecidas fontes e inconfessáveis razões, é a nossa terra agredida lá fora.

A obra que anuncio vem a propósito do próximo transcurso do centenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Sua elaboração, é óbvio, demandará tempo, mormente pelo que implicará em pesquisa, depoimentos e coleta de documentação, eis que seu plano antecipa o nível científico em que estará vazada.

Parece-me interessante, ademais, que essa obra de transcendente importância, embasada, antes de mais nada, num impulso de intensa sentimentalidade latina, tenha começado em 1971, porque o início da colonização

italiana no Rio Grande do Sul, a rigor, não ocorreu em 1875, mas em 1871, como informam abundantes documentos oficiais da época. Esses documentos, e com eles a Fala de Presidentes da Província, referem-se ao progresso que já se verificava nas colônias de Conde d'Eu e da Princesa Dona Isabel, para onde se dirigiram realmente, esparsos embora, os que primeiro chegaram.

Lembro, por exemplo, a Fala apresentada à Assembléia Legislativa da Província em 1871 pelo Presidente Pinto Lima, onde há uma referência expressa àqueles núcleos, ocupados então por cerca de quatro dezenas de colonos peninsulares.

O Rio Grande, entretanto, apegase ao ano de 1875, porque, em fevereiro desse ano, é que, organizada e espontânea, embarcava para o nosso Império alentada leva de milaneses, lombardos, tirolezes, bergamascos, cremoneses e vênets — ah, quantos! que vinham de Belluno, Treviso, Pádua, Mântova, da Venezia Tridentina, para, aqui, em terra guasca, escrever uma epopeia feita de serena grandeza humana, a que não faltavam angústia e sangue, sacrifícios e nostalgia.

Curiosa é a observação. Com D. Pedro I, chegam os alemães ao Rio Grande. Leopoldina era a Imperatriz e ela vinha da Áustria, de raça germânica. Com D. Pedro II, chegam os italianos. Teresa Cristina era a Imperatriz e ela era filha do rei das Duas Sicílias.

Hoje, toda a região de colonização italiana projetou-se no Brasil, na América, no Mundo. Sua fama escoreu como o líquido espumante dos seus vinhos. Mas, quanta história precede o deslumbramento que aquela rica e ridente região montanhosa causa ao visitante. Disse um poeta que, das chaminés das suas indústrias, evoluem velhos suspiros e, no fruto estuante de suas videiras, ainda palpitam inquietações antigas.

Se uma epopeia é um poema de ações heróicas, então os imigrantes a escreveram. Escreveram-na na solidão sufocante dos montes, na hora silenciosa e esmagadora dos crepúsculos, no vácuo terrível das distâncias imprecisas, mas, acima de tudo, nos

impulsos da consciência voltada para o porvir. Havia uma Pátria nova entranhando-se em sua alma. A terra que transformaram num vergel, recolhia lágrimas e suor em cada fruto, cada seara, sazonalizando-os de esperança e fé, numa construção de triunfos.

Há na região um monumento que a Nação Brasileira levantou ao Imigrante. O artista que o concebeu e esculpiu produziu uma síntese. Nêle, um homem, mão em pala e enxada ao ombro, indaga do futuro ao horizonte longo. Ao seu lado, a companheira humilde e uma criança ao colo seguem-lhe os passos, na simbiose enternecedora da gênese.

Muitos, como eu, não saberiam falar sobre a transmigração sem emoções, porque nas referências eclodem ancestralidades e os sentimentos se dilaceram nos reclamos atávicos.

Não os vi, mas sei como vieram. Sei da longa e penosa viagem, desde o derradeiro instante do último olhar de despedida à terra que ficava, envolta em milênios de carinho.

Depois, aqui, sob a ardência do sol na incógnita do novo encontro. Há um pequenino vapor bipartindo a esteira do rio tranqüilo que busca a falda dos montes. Lá adiante, a marcha. Marcha a pé. Nas poucas montarias, velhos e crianças. Crianças sacolejando nos cestos, rumo aos lotes coloniais. Partiram do norte da terra antiga. Chegavam ao sul de um mundo novo.

Faz cem anos. Por entre os ecos do primeiro e tímido bimbalar de sinos como um vagido do nascente amor que ficou entre as escarpas e panoramas azuis, outras vozes se ouviram. Tinir de ferros do arado desvendando a terra e o cântico das bigornas anunciando esforços vindouros. Os pinheiros entregando-se à volúpia das máquinas, máquinas produzindo máquinas, as planícies dourando-se de trigo e os parreirais espreguiçando-se no antegozo das vindimas fartas.

O braço que lavrara e acionava turbinas agora construía escolas. O trabalho e a cultura tinham de penetrar o sangue das gerações no processo da integração, como um salmo de reconhecimento à terra acolhedora.

Um bardo, protótipo da hereditariedade, Mansueto Bernardi, vagando um dia por entre as tumbas dos ploneiros, lembrou-os:

"Todos estão sepultos nesta gleba, onde cada vergel, cada vinhedo, cada seara é um campo de batalha e cada fruto um pingo de suor.

Todos eles aqui dormem em paz, sob estas cruzes que são testemunhas de sua união perpétua com a terra".

Pois é bem isto que será contado na iniciativa louvável do Conselho de Pesquisas da Itália. A obra, em homenagem ao centenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, agora digo, será, acima de tudo, o louvor de uma Nação à outra, a esta outra que, de formação lusitana e ardência tropical, soube estender os braços generosos a outras raças criadoras, no concerto fecundo da sua predestinação. (Muito bem! Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Sr. Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Paraíba está neste momento de luto, sobretudo no que diz respeito às suas Letras.

Acaba de falecer, em João Pessoa, o Dr. Antonio Botto de Menezes, considerado umas das suas maiores figuras, de grande inteligência, cultura e, sobretudo, um notável democrata. Dr. Antonio Botto de Menezes, vítima de moléstia que o atingiu há tempos e agora voltou a atacá-lo com virulência, de modo que ele não resistiu ao sofrimento e veio a falecer na sua residência à Rua Monsenhor Walfredo, 416, naquela Capital.

Iniciou a sua vida como jornalista, repórter e redator da "União", órgão oficial do Estado que, na época, comandava a mocidade intelectual paraibana, liderado pelo espírito notável do jornalista e escritor Carlos Dias Fernandes, de saudosa memória.

Botto de Menezes, ingressou na política, depois de formar-se em Direito na velha Faculdade de Recife; fundou o jornal "O Combate", vespertino de feição popular, reunindo jovens da

mesma escola do Condutor que foi Carlos Dias Fernandes.

Formado em Direito, abriu sua banca de advocacia passando, então, a atuar na Paraíba, como advogado e como jornalista, na direção de "O Combate", seu valente vespertino.

Foi Deputado Estadual.

Depois da Revolução de 1930, ele fundou o Partido Libertador, certamente inspirado na falange gaúcha dirigida pela eminente Raul Pila.

Fomos adversários muito tempo, e lutamos em campos opostos porque, na época, dirigia eu o velho diário, o "Correio da Manhã", dos jornalistas de saudosa memória Rafael Correa e João da Mata. Tivemos orientação política diferente. Tudo, porém, consequência do orador da nossa mocidade.

Botto de Menezes, corajoso batalhador, irrequeto, inteligente, e com boa cultura, fundou o Partido Libertador, como disse no início desse registro, e foi eleito Deputado Federal.

Como Deputado Federal, veio residir no Rio de Janeiro; ao terminar o mandato, voltou a João Pessoa, onde exerceu o alto cargo de membro do Conselho Administrativo do Estado. Posteriormente, foi nomeado Procurador do Instituto dos Bancários, cargo que exerceu por muito tempo, estando atualmente aposentado pelo INPS.

Descendente de importante família de Sergipe, pois o seu genitor, o saudoso Desembargador Gonçalo de Aguiar Botto de Menezes, veio jovem do seu Estado para a Paraíba; homem de valor, ingressou na nossa magistratura, contraiu núpcias no município paraibano de Cajazeiras com D. Maria Marques, constituiu família e se consagrou à nossa terra durante toda a sua existência, assim como o fez o seu ilustre filho que, neste momento, pranteamos o seu desaparecimento.

Botto de Menezes, que era membro da Academia Paraibana de Letras, deixou vários livros entre os quais "Minha Terra", "Memórias e Confissões", "Meu Pai" e "O canto do Cisne", este de poesias. Tinha alma de combatente e também era um homem cheio de bondade e ternura, porque não fará poesia quem não possuir doçura no coração.

Era homem muito estimado em nossa terra e o seu passamento causou profunda consternação em todas as camadas da capital paraibana.

Ocupou posição de destaque na direção do Partido Social Democrático, onde atuou como excelente e leal cor-religionário, tendo, porém, se afastado de atividades nas fileiras do MDB por julgar que a nova agremiação deveria ter postos de comando direto de parlamentares da Assembléia, Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Posição que tivemos de acatar.

Acompanhou, no entanto, a nossa vida partidária como companheiro leal e correto.

Casado em segundas núpcias com D. Helena Botto de Menezes, deixa o saudoso extinto filhos e netos.

Fazendo este registro, cheio de pesar, lamento profundamente que o Botto de Menezes não continuasse a viver e a prestar grandes e valiosos serviços à Paraíba e, por conseguinte, ao Brasil. Ele foi Deputado Federal atuante, salvo engano, comandando na época pela liderança do grande João Neves da Fontoura, orientador da Oposição naquela Casa do Congresso, em 1935.

Peço à Mesa que dirija à família do ilustre desaparecido as homenagens de pesar do Senado tendo em vista tratar-se de ex-deputado, membro assim do parlamento brasileiro, grande político, escritor, poeta, advogado e jornalista digno portanto das homenagens de saudade que lhes estamos prestando desta tribuna.

O Sr. João Cleofas — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador João Cleofas.

O Sr. João Cleofas — Desejo que V. Exa. associe a esta homenagem a bancada da Paraíba, também a da Bancada de Pernambuco, onde Botto de Menezes permaneceu longo tempo e onde todos nós, pernambucanos, senão mesmo todos os brasileiros, conhecemos diretamente o seu alto espírito, o seu patriotismo e dedicação às causas do Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador por Pernambuco, João Cleofas, que, até poucos dias, com muito brilho, diri-

giu os destinos desta Casa. S. Exa. conheceu bem Botto Menezes, pois foram deputados juntos na Câmara Federal, no Rio de Janeiro.

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — V. Exa. externa, neste momento, o pensamento de todo o Senado. Conheci o ex-Deputado Botto de Menezes e sua atuação e não somente como nordestino, mas como brasileiro, acho que V. Exa. faz muito bem em ressaltar-lhe a memória, no que encarna o pensamento do Senado.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente representante da Bahia, Vice-Líder da Maioria nesta Casa. S. Exa. teve ensejo de testemunhar a brilhante atuação de Botto de Menezes como Deputado na Câmara Federal e o seu depoimento, estou certo, comoverá a Paraíba, como ocorre comigo neste instante.

O Sr. Milton Cabral — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador.

O Sr. Milton Cabral — V. Exa. que é uma das maiores expressões da política paraibana, ressalta outra grande figura dessa política — o ex-Deputado Botto de Menezes. V. Exa. fala em nome dos políticos paraibanos e de todos os que militam na vida partidária pois, certamente, o ex-Deputado se destacou na Paraíba e também no Congresso Nacional. Todos lamentamos profundamente o seu desaparecimento. V. Exa. está sendo, nesta tarde, o porta voz dos paraibanos.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço comovido o aparte do nobre Colega de representação da Paraíba, Senador Milton Cabral.

S. Exa. conheceu, como eu, a atuação de Botto de Menezes na imprensa, no Fórum como brilhante advogado, e na Tribuna, podendo assim exaltar no seu aparte as qualidades admiráveis que ornamentaram a personalidade daquele, cujo elogio fúnebre fazemos nesta tarde.

Sinto-me confortado ao merecer o apoio da Bancada da ARENA, do meu

Estado, na intervenção que acaba de fazer o Senador Milton Cabral, trazendo também palavras de saudade ao eminente paraibano desaparecido em João Pessoa.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Ouvirei a palavra do meu ilustre Líder Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — É com imenso pesar que recolho a notícia do falecimento do nosso saudoso companheiro da Câmara dos Deputados, que tive a honra de conhecer na Paraíba, nos dias distantes de 1930 e 1931, e cuja vida acompanhei e que V. Exa. muito bem retrata. Foi ele um homem de primeira qualidade, não só pela bravura cívica de todos os seus pronunciamentos como também pela probidade e dedicação que emprestou a tudo quanto praticou na vida.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço com emoção o apoio que os eminentes Senadores acabam de dar à exaltação que agora faço à memória de Botto de Menezes e recolho com real entusiasmo os conceitos contidos no aparte do Líder do meu Partido, Senador Nelson Carneiro que passarão a integrar minhas palavras de saudade à memória de um eminente paraibano que acaba de desaparecer em João Pessoa, o Dr. Antônio Botto de Menezes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — A Mesa, acolhendo a solicitação do nobre Senador Ruy Carneiro, fará a devida comunicação à família Botto de Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Danton Jobin.

O SR. DANTON JOBIN — Sr. Presidente, peço a V. Exa. que dê a palavra ao nobre Líder de nossa Bancada, que irá tratar do mesmo assunto de que me ocuparia.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há datas na Imprensa brasileira que merecem, realmente, registro nos Anais desta Casa, tanto os jornais se incorporaram à própria vida política do

País. Quero referir-me, Sr. Presidente, à passagem, no último dia 9, do 80.º aniversário do **Jornal do Brasil**.

Desnecessário será fazer, aqui, elogio a esse grande matutino, ou falar sobre a sua projeção em todos os setores da vida nacional. Cumpre-me, apenas, em nome da bancada do MDB, significar o aprêço de quantos acompanharam, neste País, na luta pela liberdade de Imprensa e pela restauração das liberdades democráticas o papel que, entre todos os tropeços criados pelos acontecimentos, vem desempenhando o grande jornal que, há oitenta anos, Rodolfo Dantas criou, no Rio de Janeiro e onde, depois, pontificaram Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco e, posteriormente, nos últimos trinta e cinco anos, Aníbal Freire, Barbosa Lima Sobrinho e, atualmente, Manoel Nascimento Brito, José Sette Câmara e Alberto Dines.

Este jornal que, durante muitos anos, teve a presença bondosa e altruística do Conde Pereira Carneiro é, hoje, dirigido por sua viúva, Dona Marina Dunshes de Abranches e recorda, quantos conhecem os acontecimentos políticos deste País, a figura do seu ilustre pai e também Deputado pelo Maranhão.

Estas as palavras, Sr. Presidente, de homenagem muito justa a este grande jornal, pela missão que ele desempenha na vida política do País.

O Sr. Paulo Guerra — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Paulo Guerra — Associo-me, em nome da Bancada de Pernambuco, à oportuna homenagem que Vossa Excelência presta, nesta hora, ao **Jornal do Brasil**, espelho da inteligência e da cultura brasileira. Podemos mesmo dizer que o **Jornal do Brasil** é um jornal do Brasil.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, com estas palavras a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro deixa registrada, nos Anais desta Casa, a passagem do 80.º aniversário de fundação do **Jornal do Brasil**. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Senador Ruy Santos, como Líder da Maioria.

O Sr. Ruy Santos (Sem revisão do orador. Como Líder da Maioria.) — Sr. Presidente, a vida de um jornal, principalmente a vida de um grande jornal, merece o respeito de todos nós.

O Jornal do Brasil, o grande matutino da Guanabara, completa 80 anos. Oitenta anos de uma grande vida, principalmente de uma vida de equilíbrio e de verdadeira formação da opinião pública do Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, é com imensa satisfação que, em nome da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, faço questão de deixar inscrições, nos Anais, as nossas congratulações por mais este aniversário que passou, no dia 9, do **Jornal do Brasil**.

O Senador Nelson Carneiro fez referências às grandes figuras que passaram pelo brilhante matutino carioca. Realmente, na imprensa brasileira, de há muito, o **Jornal do Brasil** exerce papel dos mais destacados.

Estas as palavras que queria deixar nos Anais, à passagem do aniversário do **Jornal do Brasil**. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 15 de fevereiro deste ano, o Exmo. Sr. Presidente da República visitou, oficialmente, o Estado de Santa Catarina e, naquela oportunidade, houve por bem receber, em audiência, as bancadas que representam o meu Estado nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Na audiência concedida aos três Senadores catarinenses, foi apresentado ao Chefe da Nação o velho problema da dragagem do Porto de Itajaí, maior escoadouro da riqueza produzida em terras de Santa Catarina. Tive, então, oportunidade de, em exposição ao Exmo. Sr. Presidente da República, levar-lhe memorial do Prefeito da minha terra, Dr. Júlio Cesar, reinstituindo dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução do porto de

Itajaí. Está assim redigido: (Lê.)

“Senhor Presidente:

Ao ensejo da visita de Vossa Excelência ao Estado de Santa Catarina, apresento respeitosa e prazerosamente, na qualidade de Chefe do Poder Executivo do Município de Itajaí, em meu nome próprio e de meus munícipes, os votos de boas-vindas, cômico de que, do contato com a terra barrega-verde, se inferirá inevitavelmente, que também o Estado de Santa Catarina está integrado no processo de desenvolvimento que agita e anima toda a Nação brasileira, sob a liderança indiscutível e inequívoca de Vossa Excelência que zela em vigília permanente e ininterrupta pela paz e tranqüilidade da Família brasileira.”

De outra parte, a consciência desta integração planejada, propicia-nos a oportunidade e o propósito de, em nome do Município de Itajaí, formular sem retórica, sem subterfúgios, mais igualmente destituída de falsos pruridos patrióticos, uma única reivindicação, ainda assim, porque despida de interesse regionalista, pois a este se sobrepõe o do Brasil.

Assim, nossa reivindicação consubstancia-se pura e simplesmente na execução da dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução do porto de Itajaí, situado na embocadura do rio Itajaí-Açu, escoadouro natural do extenso e opulento Vale do Itajaí. Mas, o porto de Itajaí não é tão somente o escoadouro da produção catarinense do Vale do Itajaí, e sua importância deve ser apreciada globalmente nos seus múltiplos aspectos, tendo por escopo fundamental a dinamização do processo de desenvolvimento da economia catarinense.

Ganha destaque nacional, considerando-se a circunstância de ser o único porto importador de derivados de petróleo destinados a redistribuição e consumo no Estado de Santa Catarina.

Aliás, situa-se igualmente o porto de Itajaí, como importador de outros produtos, tais como: trigo,

máquinas e equipamentos para a indústria, e, consoante dados estatísticos fornecidos pela Junta Administrativa do Porto de Itajaí, as importações no ano de 1970 atingiram o montante de 391.192 toneladas, no apreciável valor de Cr\$ 131.202.093,08.

Entretanto, não se limitam suas atividades, apenasmente como o porto importador. Situado em área piscosa, é também considerado como o maior porto pesqueiro do Estado de Santa Catarina, tanto assim que estão registradas aproximadamente 250 (duzentas e cinquenta) embarcações pesqueiras em operação, possuindo ainda 8 (oito) estaleiros de construção naval, implantados para suprir a demanda de embarcações pesqueiras, tendo os referidos estaleiros construído no ano de 1970, 12 (doze) embarcações com 600 (seiscentas) toneladas de registro.

Por isso mesmo, acentua o ilustre Professor Alcides Abreu, na análise que fez do panorama da economia catarinense, com muita propriedade que: “a sociedade catarinense, vive hoje momentos de definição e despertamento”.

Outrossim, releva notar que Itajaí é um dos centros dinâmicos da economia catarinense, e consciente de que exportar é muito mais que uma solução, reclama a melhoria de seu porto, como denominador comum dos interesses coletivos.

Como porto exportador, desenvolve meta prioritária do Governo Federal, e se situa entre os cinco (5) primeiros portos brasileiros de maior crescimento dos últimos anos, promovendo a exportação de pinho, fécula, fumo, celulose, pasta de madeira, tapioca, óleo de sassafráz, congelados de peixe e camarão, tabaco (tipo Virginia e os felpudos da indústria blumenauense (Artex) que conquistaram o mercado norte-americano.

A pujança do Porto de Itajaí se atesta eloqüentemente através dos dados estatísticos fornecidos pela Junta Administrativa do Porto de Itajaí, que comprovam as expor-

tações do ano de 1970 em 161.780 toneladas no valor de Cr\$ 109.130.419,04.

Em consequência, a receita do Pôrto de Itajaí se expressa nos seguintes elementos:

	Cr\$
1) renda bruta das taxas portuárias	547.273,29
2) fundo de depreciação	25.495,29
3) Fundo Portuário Nacional	391.803,64
4) Fundo de Melhoria do Pôrto ...	261.201,81

Apesar de tudo, há que se ponderar por último que o Pôrto de Itajaí, tem seu limite operacional fixado em 1.500.000 t anuais, tendo justamente por falta de dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução, operado através da importação e exportação, um terço (1/3) da sua capacidade, ou mais precisamente: 552.972 toneladas no ano de 1970.

Senhor Presidente:

Sabemos que o Governo de Vossa Excelência, atento à realidade do comércio internacional, criou um quadro de incentivos que coloca o Brasil, neste particular, ao nível das nações de mentalidade comercial mais desenvolvidas do mundo.

Há, de por certo, Vossa Excelência, prosseguir nesta obra de renovação e modernização que mudará a face de nosso País.

Por isso, dentro desse ideário, sentimo-nos encorajados e estimulados a promover o presente apêlo." a) **Júlio Cesar**, Prefeito Municipal de Itajaí.

Apresentado o relatório ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sua Excelência, horas depois, dirigiu-se aos três Senadores por Santa Catarina, Srs. Celso Ramos, Lenoir Vargas e o orador que ocupa a tribuna e pediu ainda uma nota escrita para que o assunto fosse imediatamente providenciado junto ao Ministério dos Transportes.

Ocorreu a audiência no dia 15 de fevereiro e já no mês de março eram iniciadas as obras de dragagem do

canal de acesso e da bacia de evolução do Pôrto de Itajaí. A draga de alto mar, "Rio de Janeiro", da Companhia Brasileira de Dragagem, está realizando esses importantes serviços. Ela tem as seguintes características: comprimento, 75 metros e calado, 4 metros quando carregada, capacidade nos tanques, 800 metros cúbicos. Está funcionando 24 horas por dia, com lançamento do material dragado duas milhas fora do alinhamento do farol de Cabeçadas. O volume estimado do serviço é de 400 metros cúbicos.

Recebi imediatamente, Sr. Presidente, um telegrama do Prefeito de Itajaí e, há poucos dias, datado de 30 de março, ofício com os elementos técnicos que acabo de utilizar para o desenvolvimento deste meu discurso.

O ano de 1971 foi considerado, pelo Ministério dos Transportes, o Ano Portuário Nacional. E acredito que maior testemunho da significação do Ano Portuário Nacional o Governo não poderia dar do que este, de iniciar os trabalhos de dragagem (Canal de Acesso e Bacia de Evolução) do maior pôrto de Santa Catarina e um dos cinco maiores portos do Brasil.

É com júbilo, Sr. Presidente, que faço esse registro para transmitir ao eminente Chefe da Nação os meus agradecimentos, os da minha terra natal, Itajaí, e os de Santa Catarina. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Flávio Brito — José Esteves — Milton Trindade — Alexandre Costa — Fausto Castello-Branco — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Jessé Freire — Milton Cabral — Arnon de Mello — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Batista — Heitor Dias — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Nelson Carneiro — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Emival Caiado — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Ney Braga — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

VIII CONGRESSO NACIONAL DE BANCOS — BRASÍLIA — DF

Brasília, em 12 de março de 1971.

Senhor Presidente.

A realização do VIII Congresso Nacional de Bancos, no período de 12 a 17 de abril próximo, nesta Capital, proporcionará ao sistema bancário nacional excelente oportunidade para que seus dirigentes apreciem e debatam, livremente, assuntos de interesse geral, visando ao aprimoramento de meios e métodos operacionais, em busca de melhor e mais produtiva forma de contribuição do setor bancário em prol do desenvolvimento nacional.

Vimos agora à presença de V. Exa. para solicitar interceda junto à Comissão de Finanças do Senado para a designação de observador no conclave, cuja presença virá de muito beneficiar o resultado de nossos trabalhos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança de nossa estima e alta consideração. — **Carlos Santos Júnior**, Presidente da Comissão Organizadora.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Atendendo o ofício que acaba de ser lido, a Presidência designa o Sr. Senador Virgílio Távora observador do Senado ao VIII Congresso Nacional de Bancos, a realizar-se nesta Capital, de hoje até 17 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Sobre a mesa, requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO

N.º 9, DE 1971

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 17/70, que estabelece jornada de trabalho de motorista profissional, a serviço dos transportes coletivos de passageiros, e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Adalberto Sena**.

REQUERIMENTO**N.º 10, DE 1971**

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 14/70, que proíbe a referência à filiação ilegítima nos registros civis das pessoas naturais, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Adalberto Sena.**

REQUERIMENTO**N.º 11, DE 1971**

Nos termos do disposto no artigo 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 113/68, que dispõe sobre financiamento para aquisição de imóvel residencial através do Banco Nacional da Habitação, Caixa Econômica Federal e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Adalberto Sena.**

REQUERIMENTO**N.º 12, DE 1971**

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1970, que estabelece limite máximo para a cobrança dos direitos autorais e os conexos, relativos a obras litero-musicais divulgadas pelas permissionárias ou concessionárias dos serviços de radiodifusão e radiotelevisão legalmente instaladas no País, e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Adalberto Sena.**

REQUERIMENTO**N.º 13, DE 1971**

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1970, que estabelece normas para o pagamento da pensão prevista na Lei n.º 4.658, de 2-6-65, aos beneficiários dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em consequência dos Atos Institucionais editados a partir de 9 de

abril de 1964, e dá outras providências, feita a reconstituição, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Adalberto Sena.**

REQUERIMENTO**N.º 14, DE 1971**

Nos termos do disposto no art. 370 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara n.º 300, de 1966, que facilita aos Agrônomos e Veterinários, que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica, por meio de empréstimos preferenciais a longo prazo e feita a reconstituição do processo, se necessária.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Flávio Brito.**

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Os requerimentos lidos serão publicados e oportunamente incluídos em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 280, inciso 2.º, C, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO**N.º 15, DE 1971**

Nos termos do art. 186 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente de Sessão de amanhã, 13 de abril, seja dedicado à comemoração do 83.º aniversário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1971. — **Nelson Carneiro — Ruy Santos — Heitor Dias — Danton Jobin — Adalberto Sena — Guido Mondin.**

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— De acordo com o art. 280, inciso 1.º, do Regimento Interno, este requerimento será objeto de deliberação ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— O Senhor Ministro do Interior, tendo em vista o estabelecido no Aviso Ministerial n.º 107, de 15-10-70 e que se refere aos Planos de Desenvolvimento financiados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — **SERFHAU** —, encaminhou ao Senado os Relatórios Preliminares de Desen-

volvimento Integrado de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo; de Ponta Porã, Bela Vista, Aquidauana, Pôrto Murtinho, Rio Verde de Mato Grosso e Cáceres, do Estado de Mato Grosso; de Tefé e Benjamin Constant, do Estado do Amazonas e de Conceição do Araguaia, do Estado do Pará e o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Araçatuba, São Paulo.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Regionais.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Comunico ao Plenário que o Presidente da República enviou, ao Congresso, a Mensagem n.º 31, de 1971 (CN) — (n.º 40/71, na origem), encaminhando o Projeto de Lei Complementar n.º 1, de 1971 (CN), que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências e que deverá ser apreciado nos termos e prazo previstos no art. 51, § 1.º, da Constituição.

Para leitura do Projeto e demais providências iniciais da tramitação da matéria convoco sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se às 10 horas do dia 13 do corrente, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— O Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado a Mensagem n.º 1, de 1971 (CN) — (n.º 487/70, na origem), relativa ao veto aposto ao Projeto de Lei n.º 88/70, no Senado e 2.226-B/70, na Câmara, que dá nova redação aos arts. 817 e 830 do Código Civil.

Para leitura da Mensagem e demais formalidades previstas no art. 104 do Regimento Comum, convoco sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se às 21 horas do dia 13, de abril corrente, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Está finda a Hora do Expediente.

Estão presentes na Casa 48 Srs. Senadores, número suficiente para as deliberações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)**

— As matérias constantes da pauta foram incluídas na Ordem do Dia de

acôrdo com o § 1.º do art. 371 do Regimento Interno, a fim de que o Plenário delibere se devem ter prosseguimento.

Item 1

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 6, DE 1965

(N.º 4.256-C/62, na Câmara)

Dispõe sobre multas aos infratores da legislação de proteção ao trabalho.

Andamento: 9-3-65 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Legislação Social e de Finanças.

Em votação.

O Sr. Ruy Santos — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Ruy Santos, Líder da Maioria.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como V. Exa. anunciou, trata-se de um projeto da Câmara, de 1962, que busca atualizar as multas aos infratores da legislação de proteção ao trabalho.

A 28 de fevereiro de 1967, porém, foi baixado o Decreto-lei n.º 229, que atualiza essas multas. Assim, a matéria está ultrapassada.

Nestas condições, a Liderança da ARENA não pode votar a favor da continuação da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — O Plenário ouviu o pronunciamento do Líder da Maioria.

Os Srs. Senadores que estão de acôrdo com o prosseguimento da tramitação queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Rejeitado o prosseguimento da tramitação do projeto.

O projeto será arquivado, sendo feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 2

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 70, DE 1968

(N.º 576/67, na Câmara)

Altera a redação do art. 17 do Decreto n.º 2.681, de 7 de dezembro de 1912, que regula a responsabilidade civil das estradas de ferro.

Andamento: 20-5-68 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da matéria, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o prosseguimento da matéria. O projeto seguirá às comissões competentes, nos termos do § 2.º do art. 371 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Ruy Carneiro) —

Item 3

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 131, DE 1968

(N.º 47-A/68, na Câmara)

LEI COMPLEMENTAR

Regula o disposto nos arts. 16, § 1.º, e 176 da Constituição do Brasil.

Andamento: 6-9-68 — Lido em Plenário e despachado à Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação.

O SR. RUY SANTOS — (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o art. 176 da Constituição, que se busca regular, diz o seguinte:

“É respeitado o mandato em curso dos Prefeitos cuja investidura deixará de ser eletiva por força desta Constituição e, nas mesmas condições, o dos eleitos a 15 de novembro de 1966.”

Esse dispositivo não mais existe na redação da Constituição, nos termos da Emenda Constitucional n.º 1.

Por outro lado, o que se busca é a coincidência geral das eleições municipais em 1972, mas essa coincidência já está feita, tanto que os Prefeitos

e Vereadores eleitos no ano passado, a 15 de novembro, têm mandato até 1973, para fazer a coincidência das eleições municipais gerais e a não coincidência com as eleições gerais de Governadores.

Nestes termos, a Liderança da ARENA vota pela não continuação da tramitação da matéria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a continuação da tramitação da matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria será arquivada, sendo feita, igualmente, comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) —

Item 4

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 178, DE 1968

(N.º 47-B/67, na Câmara)

Acrescenta parágrafo único ao art. 248 do Decreto número 4.857, de 9-11-39, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil.

Andamento: 28-11-68 — Lido em Plenário e despachado à Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, esse projeto de lei, da Câmara, busca dar nova redação ao parágrafo único do art. 248 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, mas esse decreto está revogado pelo Decreto-lei n.º 1.000, de 21 de outubro de 1969, que vai entrar em vigor no dia 31 de junho de 1971.

Nestes termos, Sr. Presidente, a Liderança da ARENA vota para que não tenha tramitação a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em votação.

Os Srs. Senadores que são a favor do prosseguimento da matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria irá ao arquivo, devendo ser feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)**Item 5****PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

N.º 191, DE 1968

(N.º 249-A/67, na Câmara)

Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, e dá outras providências.

Andamento: 28-11-68 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças. Em votação.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este projeto deu entrada na Câmara em 1967, por iniciativa do Presidente do Tribunal de Trabalho de São Paulo, e visava:

I — a criação dos cargos indispensáveis à instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Santo André, cuja composição obedece exata e fielmente àquela existente nos demais órgãos similares que integram a Justiça do Trabalho da 2.ª Região;

II — a criação de cargo de Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Limeira, no Estado de São Paulo;

III — a criação de duas funções de Vogal, sendo uma de representação dos empregados e outra dos empregadores; para cada Vogal haverá um Suplente;

IV — a criação — na Justiça do Trabalho da 2.ª Região — do cargo de Juiz do Trabalho Substituto (um);

V — a abertura pelo Executivo ao Judiciário — Justiça do Trabalho da 2.ª Região — do crédito especial na importância de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) a fim de que a Junta de Conciliação e Julgamento de Limeira venha a ser instalada.

Mas V. Exa. deve estar lembrado, como os Srs. Senadores, de que no ano passado foi votada uma mensagem dando nova organização à Justiça do Trabalho de São Paulo, criando Juntas e também os respectivos cargos para essas Juntas.

Nesses termos, está a matéria ultrapassada. Assim sendo, a Liderança da

ARENA vota pelo seu não prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que são contrários ao prosseguimento, queiram se levantar. (Pausa.)

O projeto não terá prosseguimento, indo ao Arquivo, devendo ser feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) —

Item 6**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 5, DE 1967**

(N.º 287-A/66, na Câmara)

Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro de contrato de locação celebrado entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda de Maceió, no Estado de Alagoas, e o Sr. Joaquim Antônio de Castro.

Andamento: 21-1-67 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação da matéria, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, a matéria terá prosseguimento, indo às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Em votação o requerimento do Sr. Senador Nelson Carneiro e outros, lido durante o Expediente, em que solicitam seja o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de amanhã, 13 de abril, dedicado à comemoração do 83.º aniversário da Associação Brasileira de Imprensa.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há oradores inscritos.

(Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a sessão

lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, para a leitura da Mensagem Presidencial n.º 31, de 1971 (CN), que encaminhou o Projeto de Lei Complementar n.º 1, de 1971 (CN).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, designando para a ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 62, DE 1952

(N.º 113-B/48, na Câmara)

Reajusta as dívidas dos seringaicultas financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências.

Andamento: 18-3-52 — Lido em Plenário. — 25-3-52 — Despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. — 27-9-52 — Lidos os Pareceres n.ºs 967 e 968/52, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e — de Finanças, favorável. 10-10-52 — Plenário — Encerrada a discussão com 3 emendas, volta às Comissões. 26-7-54 — Plenário — Lido o Parecer número 573/54, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à Emenda n.º 1, e contrário às de n.ºs 2 e 3. **PARECER ORAL DA COMISSÃO DE FINANÇAS**, favorável, com Subemenda à Emenda n.º 1, e contrário às de n.ºs 2 e 3. — Vai à Comissão de Economia, a requerimento do Senador Othon Mader. 20-7-59 — Plenário — Aprovado o prosseguimento do projeto. 25-3-63 — Vai à Comissão de Finanças.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 140, DE 1953

(N.º 1.376-C/51, na Câmara)

Modifica dispositivos das Leis n.ºs 86, de 8-9-47, e 1.184, de 30-8-50, e dá outras providências.

Andamento: 18-6-53 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Economia e de Finanças. 27-7-59 — É aprovado o prosseguimento da tramitação do Projeto.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 161, DE 1961

(N.º 2.560/60, na Câmara)

Exclui do art. 4.º a alínea X da Lei n.º 3.782, de 22-7-60, que cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia (Comissão Executiva da Defesa da Borracha).

Andamento: 22-11-61 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Economia e de Serviço Público Civil.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 67, DE 1962

(N.º 55/59, na Câmara)

Estabelece a data a partir da qual deverá ser contado o prazo de vinte anos a que se refere o art. 199 da Constituição, para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e dá outras providências.

Andamento: 15-6-62 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. 29-11-62 — Plenário — Lido o Aviso n.º GB-227, de 19-11-62, do Sr. Ministro da Fazenda, manifestando-se contrariamente à matéria.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 2, DE 1965

(N.º 1.484-B/63, na Câmara)

Dispõe sobre o sistema de mérito no Serviço Civil da União.

Andamento: 10-2-65 — Lido em Plenário e despachado à Comissão de Constituição e Justiça. 28-9-65 — Li-

do o Parecer n.º 1.217/65, da Comissão de Constituição e Justiça, deixa de opinar, tendo em vista que o projeto já foi examinado por uma Comissão Mista devendo, entretanto, ter tramitação conjunta com o Projeto de Lei da Câmara n.º 4/65, que trata do mesmo assunto. 3-8-66 — Plenário. — Aprovada a tramitação em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n.º 4/65. 3-4-70 — Plenário — A Presidência encaminha a matéria à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que esta sugira a orientação que deve ser seguida em sua tramitação. 8-9-70 — Lido o Parecer n.º 610/70, da Comissão de Constituição e Justiça (após audiência do DASP, que esclarece estar a matéria superada, uma vez que seus objetivos já foram atendidos pelos Decretos-leis n.ºs 200/67, 900 e 901, de 1969, e que se referem à Reforma Administrativa) — Pela rejeição.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 4, DE 1965

(N.º 1.483-B/63, na Câmara)

Reorganiza o sistema de material do Serviço Público Federal, e dá outras providências.

Andamento: 19-2-65 — Lido no Expediente e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. 3-8-66 — Aprovada a tramitação em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1965. 8-9-70 — Lido o Parecer n.º 610/70, da Comissão de Constituição e Justiça (após audiência do DASP).

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.)

TRECHO DA ATA DA 3.ª SESSÃO, REALIZADA EM 1-4-71, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN (Seção II) DE 2-4-71, À PÁGINA N.º 78, 2.ª COLUNA.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Há requerimento dos líderes Ruy Santos e Nelson Carneiro, que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 5, DE 1971

Nos termos regimentais, requereiro que não sejam realizadas Sessões do Senado nos dias 5, 6, 7, 8 e 9 de abril (Semana Santa), e que não haja expediente em sua Secretaria nos dias 8 e 9 do mesmo mês.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1971. — Ruy Santos — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Na conformidade do requerimento que acaba de ser votado, o Senado não realizará sessões durante a Semana Santa, havendo expediente na Secretaria apenas nos dias 5, 6 e 7.

M E S A

Presidente:

Petrônio Portella (ARENA — PI)1º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)2º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)1º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)2º-Secretário:
Clodomir Millet (ARENA — MA)3º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA — RS)4º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)1º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)2º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)3º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)4º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)**C O M I S S Õ E S**Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11.º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.**A) COMISSÕES PERMANENTES**Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11.º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.**1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Matos Leão**ARENA****TITULARES**Flávio Brito
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Matos Leão**SUPLENTES**Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa**MDB**

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 18 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira**ARENA****TITULARES**José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira**SUPLENTES**Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Batista**MDB**

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Acioly Filho**ARENA****TITULARES**Daniel Krieger
Acioly Filho
Milton Campos
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Emival Caiado
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias**SUPLENTES**Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Arnon de Mello
João Calmon
Matos Leão
Vasconcelos Torres**MDB**

Franco Montoro

Nelson Carneiro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena**ARENA****TITULARES**Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado**SUPLENTES**Paulo Tôrres
Luiz Cavalcanti
Filinto Müller
Waldemar Alcântara
José Lindoso**MDB**

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

Magalhães Pinto
 Vasconcelos Torres
 Wilson Campos
 Jessé Freire
 Augusto Franco
 Orlando Zancaner
 Paulo Guerra
 Milton Cabral
 Helvidio Nunes
 José Lindoso

SUPLENTES

Domicio Gondim
 Milton Campos
 Geraldo Mesquita
 Flávio Brito
 Leandro Maciel

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

ARENA**TITULARES**

Gustavo Capanema
 João Calmon
 Tarso Dutra
 Geraldo Mesquita
 Cattete Pinheiro
 Milton Trindade

SUPLENTES

Arnon de Mello
 Helvidio Nunes
 José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

ARENA**TITULARES**

João Cleofas
 Carvalho Pinto
 Virgílio Távora
 Wilson Gonçalves
 Matos Leão
 Tarso Dutra
 Celso Ramos
 Lourival Batista
 Saldanha Derzi
 Geraldo Mesquita
 Alexandre Costa
 Fausto Castello-Branco
 Ruy Santos
 Jessé Freire

SUPLENTES

Cattete Pinheiro
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Milton Trindade
 Dinarte Mariz
 Emival Caiado
 Flávio Brito
 Eurico Rezende

MDB

Danton Jobin

Nelson Carneiro

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

ARENA**TITULARES**

Heitor Dias
 Domicio Gondim
 Paulo Tôres
 Benedito Ferreira
 Eurico Rezende
 Orlando Zancaner

SUPLENTES

Wilson Campos
 Acioly Filho
 José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobin

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

ARENA**TITULARES**

Arnon de Mello
 Luiz Cavalcanti
 Leandro Maciel
 Milton Trindade
 Domicio Gondim
 Orlando Zancaner

SUPLENTES

Paulo Guerra
 Antônio Fernandes
 José Guimard

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobin

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Emival Caiado

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
 José Lindoso
 Filinto Müller
 Emival Caiado

SUPLENTES

Cattete Pinheiro
 Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobin

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Saldanha Derzi
Acioly Filho
José Sarney
Lourival Batista
João Calmon

SUPLENTE

Milton Cabral
Fausto Castello-Branco
Augusto Franco
José Lindoso
Ruy Santos
Cattete Pinheiro
Jessé Freire

MDB

Franco Montoro
Danton Jobin
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

ARENA**TITULARES**

Fernando Corrêa
Fausto Castello-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Batista
Ruy Santos
Waldemar Alcântara

SUPLENTE

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Celso Ramos

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

ARENA**TITULARES**

Paulo Tôres
Luiz Cavalcanti
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

ARENA**TITULARES**

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Ozires Teixeira
Heltor Dias
Jessé Freire

SUPLENTE

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

ARENA**TITULARES**

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcanti
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

SUPLENTE

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobin

Benjamin Farah

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito.

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo.

Telefone: 43-6677 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (Art. 90 do Regimento Comum).

LEGISLAÇÃO DO GOVÊRNO REVOLUCIONÁRIO

Coleção de Decretos-leis n.ºs 1 a 318 do Govêrno

Castello Branco e Legislação Correlata

4 volumes em um total de 2.096 páginas — Preço em brochura Cr\$ 40,00
— encadernada Cr\$ 80,00

(Obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa, composta e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal.)

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA — INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — GOVÊRNO COSTA E SILVA E DOS MINISTROS MILITARES RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 52 A 56
DECRETOS-LEIS Nºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 38 A 40
DECRETOS-LEIS Nºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 6 E 7
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 41 A 50
DECRETOS-LEIS Nºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 8 E 9
ATO COMPLEMENTAR Nº 51
DECRETOS-LEIS Nºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 4
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 37
DECRETOS-LEIS Nºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 57 A 62
DECRETOS-LEIS Nºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 12 A 17
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 63 A 67
DECRETOS-LEIS Nºs 805 A 851 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

8º VOLUME CONTENDO 318 PÁGINAS

DECRETOS-LEIS Nºs 852 A 941 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM INDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO PELA EQUIPE DE COMPILADORES DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL, SOB A SUPERVISÃO DO DES. MANOEL JOSÉ MACHADO BARBUDA

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20